

HABEAS CORPUS Nº 501.945 - PR (2019/0092700-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : CESAR AUGUSTO DURAES RIBEIRO E OUTRO
ADVOGADOS : MARCIO SILVA SALGADO - SP215512
CESAR AUGUSTO DURÃES RIBEIRO - PR076593
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCIO SILVA SALGADO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MÁRCIO SILVA SALGADO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0000058-21.2019.8.16.0000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 176):

HABEAS CORPUS - CRIMES DE CONCUSSÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO PASSIVA - PRISÃO PREVENTIVA - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR EM RAZÃO DO ADVOGADO ESTAR RECOLHIDO EM ESTABELECIMENTO SEM CONDIÇÕES DE RECEBÊ-LO - NÃO ACOLHIMENTO - OFÍCIO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL QUE INFORMA QUE ESTÁ EM CELA COM OUTROS ADVOGADOS - FOTOS DA CELA DEMONSTRAM BOAS CONDIÇÕES DE HIGIENE E SALUBRIDADE - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL OU DE DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO FIXADA POR ESTA CÂMARA CRIMINAL - HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADA A ORDEM.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente na data de 17/3/2017 e condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 14 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos tipificados no art. 316 c/c art. 327, ambos do Código Penal, no art. 2º c/c §§ 3º e 4º, da Lei n. 12.850/2013, e no art. 1º c/c § 4º da Lei n. 9.613/1998, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Sustenta o impetrante, em síntese, constrangimento ilegal ante a violação da prerrogativa de advogado referente ao recolhimento em Sala de

Estado-Maior, prevista no art. 7º, inciso V, da Lei n. 8.906/1994. Afirmar que o local onde se encontra custodiado no Complexo Médico-Penal do Estado do Paraná não oferece condições adequadas e compatíveis com a previsão legal (e-STJ fls. 3/70).

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a substituição da prisão preventiva do paciente por prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, tendo em vista a suposta ausência de Sala de Estado-Maior ou estabelecimento similar para o seu recolhimento.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada ilegalidade.

Isso porque, no HC n. 0033072-30.2018.8.16.0000, o Desembargador relator apontou que *há ofício do diretor do Complexo Médico Penal informando que a ala em que o paciente se encontra possui estrutura relativamente nova, com pintura recente, dotada de boas condições de higiene e salubridade, tendo a cela 30m²* (e-STJ fl. 118).

Em seguida, ao denegar a ordem na impetração originária, o eminente Relator destacou que, *após vistoria realizada pela OAB/PR, o Complexo Médico Penal encaminhou ofício informando que atualmente o paciente está somente com outros advogados na cela e que será retirado do canteiro de trabalho a fim de evitar que tenha contato com outros presos*

(e-STJ fl. 183).

Com efeito, é da jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior que *a ausência, simplesmente, de sala do Estado Maior não autoriza seja deferida prisão domiciliar ao paciente, advogado, preso preventivamente, dado que encontra-se segregado em cela separada do convívio prisional, em condições dignas de higiene e salubridade, inclusive com banheiro privativo* (HC n. 270.161/GO, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 25/8/2014). Abaixo, os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO (NÃO CONHECIMENTO). ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PACIENTE ADVOGADA. DIREITO AO RECOLHIMENTO EM SALA DO ESTADO-MAIOR. PRISÃO PREVENTIVA EM CELA INDIVIDUAL, SEPARADA DE OUTROS PRESOS. GARANTIA À ORDEM PÚBLICA. INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PROBABILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício (Precedentes).

2. O art. 7º, inciso V, da Lei nº 8.906/1994, que teve sua constitucionalidade confirmada em julgamento realizado pela Suprema Corte, assegura aos advogados presos provisoriamente o recolhimento em sala de Estado Maior ou, na sua falta, em prisão domiciliar (Precedentes).

3. A alteração havida no Código de Processo Penal pelas Leis nº 10.258/2001 e 12.403/2011 (arts. 295 e 318), no tocante à prisão especial e à prisão domiciliar respectivamente, não alteram a prerrogativa de índole profissional, qualificável como direito público subjetivo do advogado regularmente inscrito na OAB, quanto à prisão provisória em Sala de Estado Maior.

4. Caso em que a paciente encontra-se recolhida em cela individual, com instalações e comodidades condignas, que cumpre a mesma função da Sala de Estado Maior, razão por que não está configurado qualquer constrangimento ilegal na

segregação cautelar (Precedentes do STF e desta Corte).

5. *As decisões ordinárias encontram-se devidamente fundamentadas na garantia da ordem pública, na periculosidade da acusada, manifestada por sua participação em estruturada facção criminosa, que, de forma reiterada e frequente, trazia drogas do Estado do Mato Grosso do Sul para distribuí-las em Belo Horizonte e no triângulo mineiro, bem como na probabilidade concreta de continuidade no cometimento de delitos.*

6. *Habeas corpus não conhecido. (HC 288.488/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 22/09/2015).*

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INOBSERVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HOMICÍDIO SIMPLES E SEIS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO. DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL E COM HABILITAÇÃO SUSPensa. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. REITERAÇÃO DELITIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PACIENTE ADVOGADO. DIREITO À SALA DE ESTADO-MAIOR. PARECER ACOLHIDO.

1. *A inobservância do princípio da isonomia é tema novo e não foi objeto de decisão no Tribunal estadual, o que revela a pretensão de se suprimir instância.*

2. *Construção cautelar fundamentada em elementos específicos do caso concreto, notadamente no real risco de reiteração delitiva e na gravidade concreta da ação, mostrando-se devidamente motivada na garantia da ordem pública.*

3. *Conforme as instâncias ordinárias, o paciente estava com a carteira nacional de habilitação cassada, respondendo a processo criminal por infração dos arts. 306 e 307 da Lei n. 9.503/1997. Além disso, há indícios de que estava embriagado, com alta concentração de álcool no sangue, o que revela que a medida mais branda não surtiu efeito para evitar a reiteração na conduta, em tese, praticada. Outrossim, os fatos imputados ao paciente são graves, na medida em que há notícia de que cinco vítimas foram hospitalizadas, algumas em estado grave, e uma delas veio a óbito.*

4. *É prerrogativa profissional assegurada pela Lei n. 8.906/1994 a todo e qualquer advogado o de ser preso, provisória, preventiva ou cautelarmente, ou seja, enquanto não definitivamente condenado, em sala de estado-maior ou, em sua inexistência, em seu domicílio.*

5. *De acordo com a jurisprudência, a princípio, cumpre a mesma função da sala de estado-maior a dependência com instalações e comodidades condignas, com condições adequadas de higiene e segurança, sendo inclusive irrelevante a existência ou não de grades no local.*

6. *Habeas corpus conhecido em parte e, nessa parte, denegado. Ordem expedida de ofício, para assegurar ao paciente a prerrogativa profissional insculpida no art. 7º, V, da Lei n. 8.906/1994, no sentido de que, inexistindo sala de estado-maior ou acomodação congênere no presídio no qual se encontra, seja-lhe franqueada prisão domiciliar até julgamento da ação penal. (HC 325.658/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 23/09/2015).*

Além disso, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator